



As diversas famílias de lavradores de cana: estratégias de reprodução social - Freguesia de Campo Grande - RJ (1750-1800)

JERÔNIMO AGUIAR DUARTE DA CRUZ*

Não é novidade o uso de listas nominativas ou mapas de população como fontes primárias na historiografia brasileira. Para citar a produção intelectual dos últimos cinquenta anos destacam-se os historiadores de São Paulo em estudos sobre as últimas décadas do século XVIII e o século XIX. (MARCÍLIO, 2000) (BACELLAR, 2001) (MOTTA, 1999) (LUNA, KLEIN, 2005) Estes trabalhos dos historiadores paulistas nos apresentam uma série dessas listas, produzidas em anos intercalados ou sequenciais. Em Minas Gerais, alguns estudos também se utilizam fartamente desta documentação. (RODARTE, 2008) De modo geral, o desenvolvimento recente da história demográfica, social e econômica da América Lusa e do Brasil Império deve muito a este material.

Produzidas de forma mais sistemática a partir do último quartel do século XVIII tanto na América portuguesa quanto espanhola, tais listas tinham objetivo militar, apresentando a organização populacional e econômica de diversas áreas da América Lusa. Ora para alistar homens, ora para alimentar possíveis tropas que passassem por tais regiões. Podiam ser solicitadas pela Coroa e cobradas pelos Vice-reis aos agentes das tropas militares ou aos párocos. (BACELLAR, 2001: 27) (MERIÑO, PERERA, 2011).

Quanto à historiografia fluminense e o uso de tais listas para o século XVIII destaca-se o célebre trabalho da professora Sheila de Castro Faria, *A Colônia em movimento*. A lista populacional utilizada nesta tese foi produzida em 1784 por Couto Reis para a importante região açucareira de Campos dos Goytacazes, norte do Rio de Janeiro. Pode-se dizer que este é um dos poucos trabalhos de fôlego que utiliza este tipo de fonte para estudar o Rio de Janeiro Setecentista.

Curiosamente, até pouco tempo, não se lembrava da existência ou nunca havia sido descoberto tal material para as freguesias cariocas, urbanas ou rurais. Este cenário mudou recentemente com a descoberta de uma lista nominativa que abrange oito freguesias rurais do Recôncavo da Guanabara para o ano de 1797. Tal achado tem impulsionado a produção de dissertações e teses que se dedicam sobre a economia e sociedade do período em questão. (OLIVEIRA, 2016) (RODRIGUES, 2016). E este texto se insere neste esforço conjunto, buscando estudar as diversas famílias de lavradores de cana de uma freguesia rural, a

* Mestrando no PPGHIS/ UFRJ. Bolsista CAPES.

freguesia de Campo Grande, entre os anos de 1750 e 1800. Especificamente atenta-se para as formas utilizadas por estas famílias para acessarem terra e a transmitirem para seus descendentes ao redor dos engenhos de açúcar locais.

*

Pelo quase ineditismo da documentação, este texto buscará apresentar a documentação e os caminhos metodológicos utilizados em nossa pesquisa. Neste movimento, acreditamos poder apontar alguns elementos dos direitos de propriedade costurados na região.

As listas nominativas de habitantes eram realizadas tendo os agrupamentos familiares como célula básica, descritos à época como *fogos*. Por meio destas podemos conhecer a produção e exportação de gêneros agrícolas, a renda adquirida com tais vendas, o consumo para subsistência de cada agrupamento familiar, o tamanho das famílias, um cadastro rudimentar da propriedade fundiária, quantidade de escravos por *fogo*, perfil demográfico da área, etc. (MARCÍLIO, 2000: 47-48).

Ao contrário de alguns trabalhos sobre freguesias de São Paulo, não contamos com mapas populacionais para vários anos, o que impossibilita análises mais precisas sobre o movimento de organização do objeto em estudo. Por isso, somamos a esta fonte, informações retiradas de registros paroquiais como os batismos. Além disso, a documentação não é tão rica quanto àquelas descobertas em outras regiões. Em listas de Minas Gerais, por exemplo, discriminam-se também o nome das esposas, filhos, agregados e suas respectivas idades. (PAIVA, RODARTE, 2015). Em Campo Grande, tais informações não constam. Abaixo apresento um exemplo de como as informações nos são apresentadas na fonte:

Tabela 1. Modelo da lista nominativa da freguesia de Campo Grande, 1797.

Nome do chefe de família	Leonardo Correia de Brito	Filhos do chefe				Escravos			
		Machos		Fêmeas		Machos		Fêmeas	
Idade	61	Maior	Menor	Maior	Menor	Maior	Menor	Maior	Menor
Sua Residência	Capoeiras	1	-	1	2	1	2	1	-
Estado	Casado	1	-	1	2	1	2	1	-
Nº do fogo	302	Agregados				Filhos dos agregados			
		Casados		Solteiros		Machos		Fêmeas	
		-	-	-	-	Maior	Menor	Maior	Menor
		-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: AHU-RJ, Avulsos, “Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 206_013/180/001/0066”.

A identificação dos escravos é igual a dos agregados e filhos: indica-se apenas a quantidade de escravos por *fogos* a partir dos parâmetros macho maior, menor; fêmea menor, maior (*categorias da fonte*). Com estes dados é impossível identificar relações de parentesco no interior do domicílio, o nome dos agregados e suas qualidades, a naturalidade dos chefes e muitas outras perguntas. Em alguns momentos, a fonte destaca, antes do nome, as identificações de “capitão”, “dona” ou “preto”.

Uma forma de superar estas limitações foi empreender uma análise socioeconômica dos domicílios a partir de um intenso cruzamento de dados, tendo como eixo o *nome* dos personagens. (GINZBURG, PONI, 1991) Por exemplo: em 1797, José de Mattos aparece na lista de moradores de Campo Grande com sua casinha num local chamado Guandu do Mendanha, casado, sem menção à cor e com 1 escravo. A lista não apresenta o nome de sua esposa, nem de seus filhos, somente seu estado civil e quantidade de filhos. Procurando seu nome e sobrenome nos registros de batismo ou casamento, descobrimos um único sujeito nomeado José de Mattos morando em Guandu do Mendanha. Logo, verifica-se o nome de sua mulher, seus pais, seus sogros, seus compadres, e, a partir disso, seus irmãos, cunhados e primos. Além disso, notamos que José de Mattos foi classificado como pardo forro em inúmeras circunstâncias e aparece batizando seus escravos no livro de batismo dos cativos. Ou seja, antes ou depois de 1797 ele teve outros escravos. Configura-se, assim, parte do universo das relações do personagem e permite-se alcançar algumas dinâmicas daqueles grupos domésticos, anteriormente inacessíveis. (GRENDI, 2009)

Tabela 2. Quantidade de chefes de domicílio identificados a partir do cruzamento de dados (1750-1800)

Chefes de domicílio	Quant.	%
Identificados	251	70%
Não identificados	106	30%
Total	357	100

Fonte: AHU-RJ, Avulsos, “Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 206_013/180/001/0066”.

Como se vê na tabela 2, a partir deste cruzamento de dados preenchemos uma ficha para 70% dos domicílios da freguesia de Campo Grande em 1797, ao menos com o nome do cônjuge, naturalidade e *indicativo de qualidade* do chefe e cônjuge. Deste total, identificamos redes de parentesco consanguíneo para 179 domicílios citados no mapa populacional (52%

dos 343 lavradores)¹: seus sogros e pais, seus tios, primos, etc. Veremos o impacto disto mais a frente. Com isso, pudemos reconstruir genealogias e teias de parentesco entre os domicílios e pudemos ter indícios das fluidas qualidades que permearam a vida daqueles personagens. Logo, quando classificarmos chefes de domicílio pelo indicativo de sua qualidade deve-se ter em conta que a classificação é fruto desse cruzamento de informações, que possibilita indicar os oblíquos lugares sociais dos personagens naquela freguesia. Note que fizemos uma ficha para cada chefe de domicílio da região somente quando sua identidade podia ser confirmada de forma inequívoca.² Por isso, há um número considerável de chefes que foram taxados como: “indicativo de qualidade não identificado”.

Uma ressalva extremamente importante é a ideia de que as *qualidades* não são categorias engessadas, mas que podem variar no decorrer da vida dos agentes, de acordo com as circunstâncias relacionais em que estes se envolvem. A menção à qualidade pode ser circunstancial, não se confundindo com aspectos étnicos, necessariamente. Indivíduos e grupos eram hierarquizados e classificados a partir de suas qualidades podendo mesclar atributos fenotípicos, como também ascendência familiar, origem religiosa, redes de relacionamento, parentesco, etc. Desta maneira, as análises das dinâmicas de mestiçagem têm indicado menos para cor da pele dos agentes e mais para qualidade de determinados sujeitos em alguns contextos, como, por exemplo, o porquê da cor ser omitida em alguns casos (no caso de passado escravo dos seus pais, por exemplo). Ou seja, a qualidade podia ser fluida podendo ser alardeada num contexto e não em outros, ou mesmo ser modificada no decorrer da vida de um sujeito. (PAIVA, 2008) Assim, a categoria *qualidade* ganha uma dimensão relacional em que o forjar de identidades ocorre nas interações sociais. (BARTH, 2000: 54-56)

A noção de *qualidade* pode ser encarada de maneira mais ampla, se referindo a múltiplos lugares sociopolíticos ocupados pelos personagens. Portanto, sugiro que o exercício de cargo de chefia militar estava ligado ao prestígio de seus ocupantes e que, nestes cargos, a questão da qualidade do sujeito (e de sua família) era fundamental para nomeação de postos

¹ De um total de 357 domicílios, em 164 casos não foi possível identificar parentesco, e em 179 casos foi possível identificar algum nível de parentesco. Em 14 casos, os chefes de domicílio são senhores de engenho.

² Por exemplo: o chefe do domicílio número 197 chama-se André Moreira da Costa e conta com cerca de 48 anos na lista de 1797, morando na fazenda Santo Antônio. Neste caso, não havia homônimos nos registros de batismos e seu perfil pôde ser confirmado. Em contrapartida, o chefe do domicílio 304, Salvador da Silva, não foi encontrado em nenhum registro. Da mesma forma, a chefe do fogo 229, Rita Maria, não foi confirmada devido a grande quantidade de homônimos. Ou seja, quando houve dúvidas sobre a identidade do personagem, ele foi caracterizado como “não identificado”.

mais destacados nas milícias. (COSTA, 2003: 106-107) Por conseguinte, acreditamos que o fato de um sujeito ser capitão de ordenança sem menção à cor seja um *indicativo* do prestígio de sua qualidade, por exemplo. Trabalhos recentes têm indicado o prestígio destas altas e médias patentes nas tropas auxiliares e das ordenanças, inclusive, nas solicitações de brasão de armas na América Lusa de meados do século XVIII. (RAMINELLI, 2017: 26) Por isso, utilizamos a noção de “*indicativo de qualidade*” para nos aproximarmos do universo de classificações sociais dos lavradores.

Dito isto, deve-se ter em vista que o mapa populacional da freguesia apresentou quase todos os lavradores como livres e sem cor – com exceção dos pretos que assim foram mencionados. Na tabela 3, destacamos a pequena presença de pretos entre os lavradores. No entanto, optamos por apontar os indicativos de qualidade dos agentes para que se possa ter uma ideia de que, entre 1750 e 1800, tais personagens circularam por alguns lugares sociais na comunidade estudada, indo de pardos forros a personagens livres e sem cor, por exemplo.³ Era isso, ou ignorar a complexidade daquelas famílias.

Originalmente, o mapa populacional de 1797 apresenta 357 chefes de domicílios (dentre eles 14 senhores engenhos) com os seguintes indicativos de qualidade:

Tabela 3. Indicativo das qualidades dos chefes de domicílio no mapa populacional da freguesia em 1797

Tipo	Quantidade	% aproximada
Pretos	23	6,44
Alferes	4	1,12
Tenentes	5	1,4
Capitães	6	1,68
Capitão dos henriques	1	0,28
Alferes dos henriques	1	0,28
Donas	3	0,84
Padres	11	3,08
Livre sem cor	303	84,87
Totais	357	100

Fonte: AHU-RJ, Avulsos, “Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 206_013/180/001/0066”.

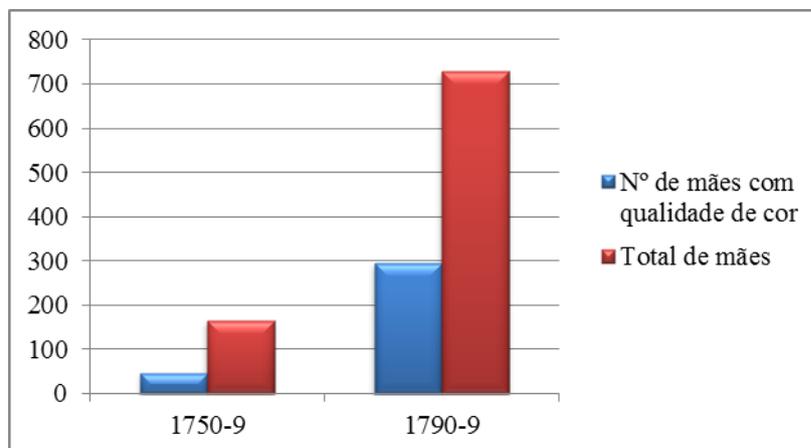
³ Além de Donas e/ou capitães que não eram assim mencionados em fins do século, mas que já o tinham sido entre 1750 e 1800.

Este cenário contrasta com os trabalhos recentes para população livre da América Lusa, que têm destacado o crescimento do contingente de libertos e seus descendentes no decorrer do século XVIII. (SCHWARTZ, 2001: 131-132) (GUEDES, 2008) Destes indicativos, duas questões se impõem: ou os libertos não eram chefes de domicílio e apareceriam entre os agregados ou suas qualidades foram suprimidas nesta documentação.

No gráfico 1, vemos o número de mães que geram seus filhos na freguesia, nas décadas de 1750 e 1790, para termos uma ideia do perfil daquela população. Tendo os números de mães das duas décadas como indicadores, nota-se o crescimento populacional da freguesia, além do aumento proporcional de mães com qualidade de cor. As mães com qualidades de cor perfaziam 28% do total de mães na década de 1750 e na década de 1790 eram 40% do total. Ou seja, havia uma massa crescente de mães libertas na região na segunda metade do século. E isto já tinha sido apontado por Tostes em trabalho recente, embora salientando a importância das mães solteiras com qualidades de cor. (TOSTES, 2012).

Se estes libertos estavam presentes na população livre, pardos e pretos não estariam em tal proporção na chefia dos domicílios? Para responder esta pergunta é necessário um intensivo cruzamento de dados. Este método nos demonstrou uma situação um tanto diferente do conjunto de lavradores, em especial, a presença significativa de sujeitos classificados como pardos forros. (COSTA, 1977)

Gráfico 1. Mães com qualidades de cor nos registros de batismos – Freguesia de Campo Grande, décadas de 1750 e 1790.



Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1705-1811. Disponível em <<http://familysearch.com>> Acesso em 23 jun.15, 18:00:00.

Como não temos outro mapa populacional para detectar possíveis mudanças nos *indicativos de qualidade* dos chefes de domicílio, preferimos não tratá-los como simplesmente “livres e sem cor”,⁴ demonstrando que esses personagens aparecem com muitas outras qualidades no período que vai de 1750 a 1800. Isto implicou na feitura de fichas para cada domicílio, quando possível, a partir de um cruzamento criterioso dos dados da lista nominativa, dos registros de batismo, livros de casamentos e habilitações matrimoniais preenchendo os nomes, sobrenomes dos personagens, cônjuges, pais, avós, primos, tios, sobrinhos, sogros, genros, seus locais de moradia etc.. Vejamos:

Tabela 4. Distribuição de lavradores na terra (em 1797), de acordo com seus indicativos de qualidade (entre 1750-1800) – Freguesia de Campo Grande, RJ (porcentagem aproximada)

Tipo	Nº	Pardo forro		Preto forro ¹		Livre, sem cor, sem título		Não identificado		Capitão tenente alferes		Padre		Dona		Crioulo forro		
		%	N	%	N	%	Nº	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Partido	210	61,3	37	17	20	9	71	33	64	30	7	3	6	2	3	1,4	2	1
Foro	64	18,6	4	6	3	4	34	53	21	32	1	1	1	1	-	-	-	-
Posse	27	7,9	2	7	-	-	12	44	6	22	5	18	2	7	-	-	-	-
Grátis	18	5,2	7	38	3	16	2	11	4	22	-	-	-	-	1	5	1	5
s/i	24	7	3	12	-	-	9	37	11	45	-	-	1	4	-	-	-	-
Totais	343	100	53	15	25	7	128	37	106	30	14	4	10	3	4	1	3	0,8

¹ Incluímos 1 capitão preto forro e 1 alferes preto forro. Legenda: “s/i: sem informação”.

Fontes: Dados coletados em AHU-RJ, Avulsos, “Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 206_013/180/001/0066”.

Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1705-1811. Disponível em <<http://familysearch.com>> Acesso em 23 jun.15, 18:00:00.

Habilitações matrimoniais da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, 1700-1795.

Livro de batismos de Livres da freguesia de São Salvador do Mundo de Guaratiba, 1762-1788.

De um universo de 6% de lavradores com qualidade de cor, saltamos para 23% dos fogos com qualidades de cor, especialmente lavradores pardos forros e pretos forros. Tal resultado do cruzamento dos dados demonstra a presença de famílias de distintas qualidades

⁴ Marcílio já indicava que a classificação de cor nas listas nominativas deve ser relativizada, já que o *branqueamento* de indivíduos se confundia com formas de ascensão social. (MARCÍLIO, 2000: 117)

sob a condição de lavrador, especialmente, entre os partidistas (segmento mais numeroso). Numa soma dos pardos, pretos e crioulos temos uma porcentagem próxima a 27% do total de partidistas. Vale ressaltar que o mapa populacional de 1797 enumera 343 domicílios de lavradores dentre eles partidistas, foreiros, proprietários, posseiros e gratuitos somando, a partir de um cruzamento de dados, um total de 81 famílias com *qualidades de cor*. O impacto disso é fantástico, pois podemos agora perseguir as estratégias que libertos utilizaram para acessar à terra como lavradores de cana numa freguesia açucareira de fins do século XVIII.

Esta metodologia é facilitada quando trabalhamos com uma comunidade rural do século XVIII, composta por uma quantidade pequena de pessoas se comparada às cidades da época – vide que a cidade do Rio de Janeiro tinha 43.376 pessoas, em 1799, e a freguesia de Campo Grande 3.589, em 1797. (IHGB, 1965) (AHU-RJ) Desta forma, seguindo os indicativos de Scott, vamos da curva ao caso, ou seja, das séries às trajetórias. Devido às limitações deste texto, apresentamos alguns elementos de apenas um segmento dos lavradores com qualidades de cor, os pardos forros.

Tabela 5. Legitimidade dos nascimentos da freguesia nas décadas de 1750 e 1790.

Indicativo de qualidade	1750			1790		
	Legítimos	Naturais	% de legítimos	Legítimos	Naturais	% de legítimos
Livre, sem cor, sem título	62	3	95	283	37	88
Dona	28	0	100	46	0	100
Parda forra	32	9	78	152	69	68,7
Preta forra	5	1	80	50	24	67,5
Pais solteiros	0	4	-	0	0	0
Expostos	0	22	-	0	67	0
Totais	166		76%	728		72,9%

Fonte: Livro de batismos de Livres da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1750-1759, 1790-1799. Disponível em <<http://familysearch.com>> Acesso em 10 abr.17, 18:00:00.

Como já vimos, a segunda metade do século XVIII apresenta o crescimento de mães livres com qualidades de cor na freguesia. Na tabela acima, podemos ver que entre 1750 e 1759 identificamos 47 mães com qualidades de cor num total de 166 mães, ou seja, estas compunham 28,3% do total de mães. Na década de 1790, somavam 295 mães de cor num total de 728 genitoras, ou seja, correspondiam a 40,5% do total. Mais do este crescimento proporcional, a maior parte das mães pardas e pretas forras gerava seus filhos em relações legítimas, eram casadas.

Por exemplo, vejamos esta comparação nas taxas de legitimidade de filhos entre 1750 e 1790 na freguesia. Em 1750, 166 crianças foram batizadas nos livros de livres. A tabela nos mostra que, na década de 1750, a taxa de filhos nascidos em relações legítimas beirava os 76% do total de filhos. Os filhos naturais são classificados no livro como aqueles nascidos de pais solteiros ou de mães que não tiveram seus parceiros mencionados na hora do batismo (pais incógnitos), já que a igreja católica inibia a menção de pais em circunstância de adultério, (FARIA, 1998: 72) ainda que o pai estivesse ao lado da mãe no momento do ritual – no entanto, a menção aos pais adúlteros junto das mães no momento do batismo parece ter sido comum em freguesias do Rio de Janeiro do século XVII. (RIBEIRO, 2015: 55-56) Por outro lado, todas as mães casadas caracterizam nascimentos legítimos.

Na década de 1790, cerca de 730 crianças foram batizadas nos livros de livres e em 72,9% dos nascimentos os filhos advinham de relações legítimas. Foram 221 batismos de filhos em que as mães foram classificadas como pardas forras, com uma taxa de legitimidade de 68,7% (na década de 1750 era de 78%). Foram 320 registros de batismos cujas mães eram livres, sem cor e sem título, com uma taxa de 88% de legitimidade (na década de 1750 era de 95%). Entre as pretas forras, foram 74 registros e 67,5% dos filhos ocorreram em relações legítimas. Acompanhando o crescimento populacional, as taxas de legitimidade caem, significativamente, entre mães pardas forras e pretas forras, se comparando com a década de 1750. Não ficam muito distantes dos universos rurais fluminenses (FARIA, 1998: 157), mas ficam acima dos níveis para algumas áreas da capitania de São Paulo.⁵

Os índices de casados que tiveram filhos na segunda metade do século XVIII parecem ter sido altos. Da mesma maneira, adianto que os domicílios da freguesia eram encabeçados por casados (as) e/ou viúvos (as) em 80% dos casos. A família era instituição fundamental para todos.⁶ Em outras palavras, vemos que a prática do matrimônio era disseminada em todos os segmentos e já estava sedimentada na década de 1750, embora, em níveis variáveis de acordo com a qualidade.

O que fica deste emaranhado de informações é a ideia de que o casamento aparece como elemento importante para distintos segmentos como pardos forros ou livres, sem cor e sem títulos. E isto se manifesta no perfil dos chefes de domicílio. Este cenário em que libertos

⁵ Marcílio apontou 60% de legitimidade em áreas de São Paulo. (MARCÍLIO, 2000: 93).

⁶ Utilizando-se de processos criminais, Castro também demonstra a importância da família no acesso à terra em área fluminense caracterizada pela produção de alimentos no século XIX. (CASTRO, 1995: 45).

e seus descendentes optam por relações legítimas e por formação de família coincide com o perfil matrimonial dos lavradores de cana pardos e pretos.

Lavradores segundo estado civil em 1797, tendo em vista seus indicativos de qualidade entre 1750-1800 (excluindo os senhores de engenho)

	Pardo forro		Preto forro		Crioulo forro		Patente militar preto forro	Livre, sem cor, sem tít.		Não identificado		Dona	Tenente	Padre	Alferezes	Totais
	H	M	H	M	H	M	H	H	M	H	M	M	H	H	H	
Solteiro	-	5	4	3	-	-	-	6	-	29	7	-	2	10	-	67
Casado	36	-	13	1	2	-	2	94	-	46	1 ¹	-	3	-	4	205
Viúvo	5	7	1	2	-	1	-	15	13	4	19	4	-	-	-	71
Totais	41	12	18	6	2	1	2	115	13	79	27	4	5	10	4	343

Fontes: Dados coletados em AHU-RJ, Avulsos, “Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 206_013/180/001/0066”.

Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1705-1811. Disponível em <<http://familysearch.com>> Acesso em 23 jun.15, 18:00:00.

Habilitações matrimoniais da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, 1700-1795.

Livro de batismos de Livres da freguesia de São Salvador do Mundo de Guaratiba, 1762-1788.

Legenda: H – homens, M – mulheres, ¹ São mulheres casadas como chefes de domicílio, provavelmente, os maridos estavam ausentes no momento de feitura da listagem.

Ao analisar o estado matrimonial dos chefes pardos forros notamos que estes nunca aparecem solteiros chefiando um domicílio. Embora algumas poucas mulheres pardas e pretas solteiras apareçam chefiando fogo destaca-se a opção pela formação de família entre os libertos e seus descendentes. Tal perfil matrimonial entre pardos forros já estaria consolidado desde a década de 1750 e, em fins do século, muitas daquelas famílias de forros e seus descendentes já estariam na região há pelo menos 50 anos.

Com isso, podemos adiantar que analisando algumas trajetórias das famílias de lavradores identificamos a significativa importância do fator “antiguidade na região” como elemento impulsionador no acesso à terra. Em parte, para ser lavrador em 1797 não bastava ser casado, não bastava ter filhos, era preciso inserir-se nas famílias que habitavam a região há tempos. Parece ter sido com base nestas famílias antigas, que já estariam casadas, que já eram forras e/ou livres na década de 1750 que parte significativa dos domicílios se desenvolverá. A

antiguidade na terra teria resultado numa *forma social* muito interessante: as extensas parentelas de muitas qualidades entre os lavradores de cana. (SIMMEL, 2006: 43-82)

Em resumo, estamos diante de uma metodologia que busca mesclar séries documentais com análises microssociais dos personagens e suas famílias. Portanto, consiste em colocar em movimento os dados da lista nominativa e compreender melhor a organização daquelas famílias sobre a terra em fins do século XVIII. (FRAGOSO, 2014: 105-106)

A família Mattos aparece na freguesia de Campo Grande ainda na primeira metade do século XVIII. Em 1743, o carpinteiro pardo forro Gonçalo de Mattos mora nas terras do Engenho Guandu do Mendanha e por ali batiza um de seus filhos. Não sabemos em quais circunstâncias Gonçalo alcança sua liberdade ou se já nascera livre, fato é que não o encontramos como escravo, nem em Campo Grande, nem em sua freguesia de origem, São Gonçalo.

Firmada perante a Igreja, a união dos pardos forros, Gonçalo e Leonor, gera alguns filhos que também optam por se casar legalmente e permanecer na freguesia. Como podemos ver na árvore genealógica abaixo, os filhos e netos do casal aparecem como chefes de domicílio em 1797. Este mecanismo de reprodução forja uma coincidência entre parentesco e vizinhança nas terras da lavoura de cana. Estes lavradores são primos, sobrinhos, tios e o estudo das estratégias destas famílias forras aparentadas é fundamental para compreensão das formas de acesso à terra na região e dos mecanismos que engendraram a produção de açúcar nos engenhos fluminenses de fins do século. Especialmente por que as escrituras dos contratos de acesso às lavouras de cana vão se tornando escassas no decorrer do século XVIII. Assim, as lógicas familiares de reprodução social se impõem como objeto privilegiado de análise.

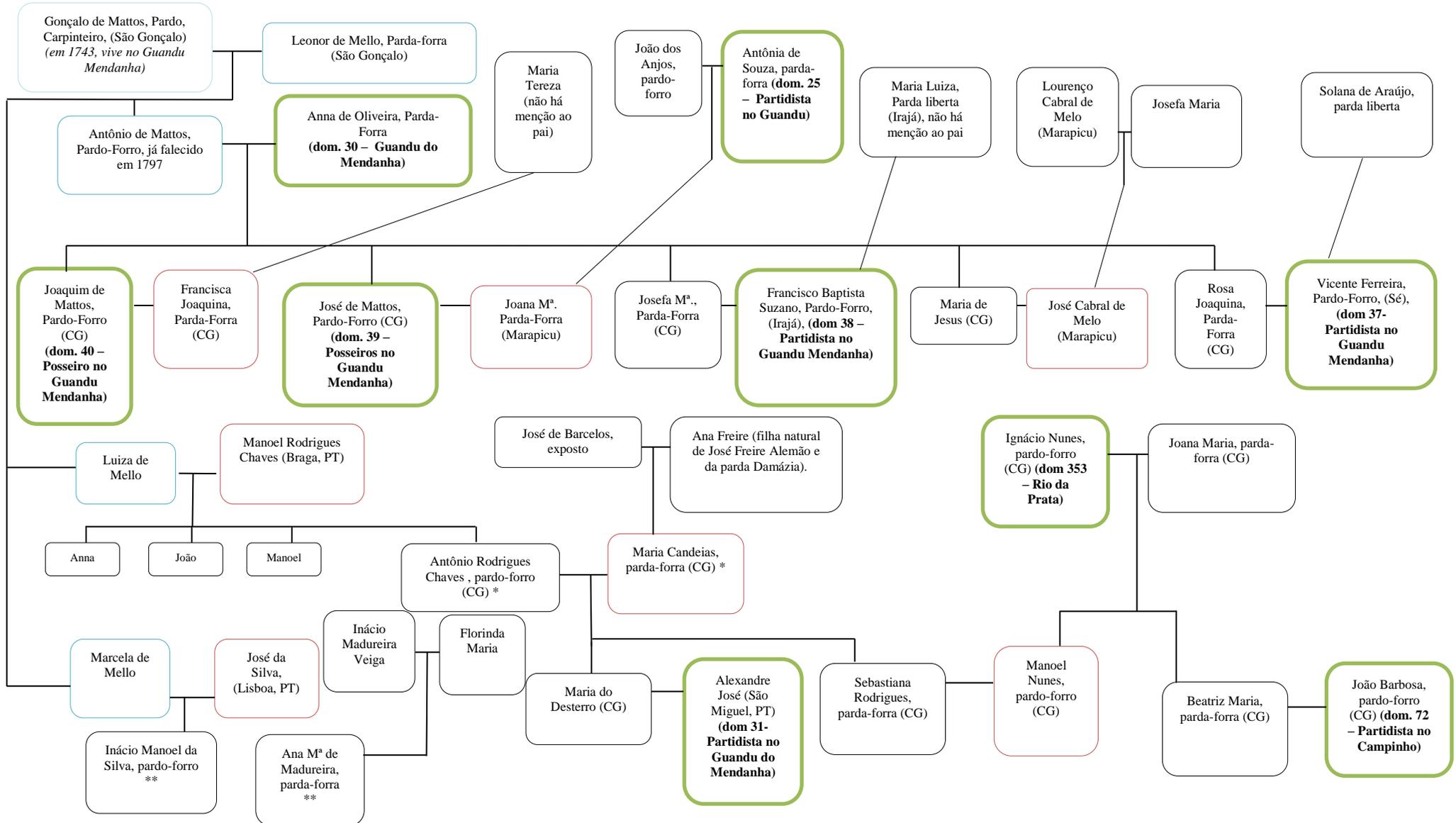
Além disso, esta trajetória nos ajuda a entender como o parentesco não significa igualdade entre os parentes forros. Um dos filhos de Gonçalo, Antônio de Mattos e seus descendentes constituem o primeiro ramo da família. Neste ramo nota-se que seus filhos se casam com outros pardos forros ou mesmo com filhos de ex-escravas solteiras, numa marcante proximidade com a senzala. O segundo ramo da família (Luiza de Mello) casa com português recém-chegado. O terceiro ramo (Marcela de Mello) também se casa com português. Uma mesma família costura relações de mestiçagem, acirrando laços com o mundo livre, enquanto outro ramo estreita relações com indivíduos vindos da escravidão. Fato é que



todos os ramos continuam sendo classificados de pardos forros, mesmo que nenhum deles tivesse sido escravo há mais de duas gerações.

Destarte, estudar as estratégias de reprodução social das famílias de lavradores de cana é necessário para compreensão do acesso às lavouras e da transmissão destas terras em fins do século XVIII. Além disso, analisar tais mecanismos colabora no desvendar de lógicas de hierarquização social entre libertos numa comunidade açucareira em plena transformação social.

Árvore genealógica dos Mattos e acesso à terra na freguesia de Campo Grande (1743-1797)



Fontes

Arquivo Histórico Ultramarino-RJ, Avulsos, Mapa descritivo das populações do Distrito de Guaratiba, 206_013/180/001/0066.

Livro de Casamentos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1744-1797. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Livro de batismos da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, 1705-1799. Banco de dados do grupo de pesquisa Antigo Regime nos Trópicos.

Livro de batismos de Livres e Escravos da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, 1700-1795. Banco de dados do grupo de pesquisa Antigo Regime nos Trópicos.

Livro de batismos de Livres da freguesia de São Salvador do Mundo de Guaratiba, 1762-1788. Banco de dados do grupo de pesquisa Antigo Regime nos Trópicos.

Bibliografia

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII-XIX. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2001.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. LASK, Tomke (Org.). In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2000.

CASTRO, Hebe M^a Mattos. *As cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista, século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

COSTA, Fernando Dores. Fidalgos e plebeus. HESPANHA, António Manuel (Org). Nova História Militar de Portugal. Vol. II – séculos XVI-XVII. Lisboa: círculo de leitores, 2003, p. 106-107. Apud COSTA, Ana Paula Pereira. Recursos e estratégias dos oficiais de Ordenanças: reflexões acerca de sua busca por autoridade e mando nas “conquistas”. *Locus revista de história, Juiz de Fora*, v. 12, n. 2, p. 75-88, 2006. p. 76. Disponível em: <http://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/viewFile/2699/1952>. Acessado em 01/03/2016.

COSTA, Iraci del Nero. A estrutura familiar e domiciliária em Vila Rica no alvorecer do século XIX. *Revista do IEB. São Paulo, IEB-USP*, (19):17-34, 1977.

FARIA, Sheila. *A Colônia em Movimento, Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em História Social – Rio de Janeiro, séculos XVII-XVIII. In: Arquivos paroquiais e história social na América Lusa. Guedes, Roberto; Fragoso, João; Sampaio, Antônio Carlos Jucá de (org.). Ed.: MAUADX. Rio de Janeiro, 2014.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico. A micro história e outros ensaios. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: ALMEIDA, Carla e OLIVEIRA, Mônica. (Org.). Exercícios de micro-história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GUEDES, R. Egressos do cativo (Porto Feliz, SP, 1798-1850). RJ: Ed. MAUADX, 2008.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. SP: Edusp, 2005.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.

MERÍÑO, Maria de los A.F.; PERERA, A. D. Familias, agregados y esclavos. Los padrones de vecinos de Santiago de Cuba (1778-1861). Ed. Oriente: Santiago de Cuba, 2011.

MOTTA, José Flávio. Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: FAPESP: Anablume, 1999.

OLIVEIRA, Victor L. A. A Zona Oeste colonial e os mapas de população de 1797: algumas considerações sobre lavradores partidistas e produção agrária de Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba no século XVIII. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, nº. 10 e 11. 2016.

PAIVA, Clotilde A.; RODARTE, Mário M. Notas metodológicas sobre o ciclo vital e mobilidade social em S. José do Rio das Mortes, década de 1830. LIBBY, Douglas; MENESES, José Newton; FURTADO, Júnia F.; FRANK, Zephyr L. (Orgs.) História da família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): Novas análises e perspectivas. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

PAIVA, Eduardo França. Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI-XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2015.

RAMINELLI, Ronald. Justificando nobrezas: velhas e novas elites coloniais 1750-1807. *História (São Paulo)*, v. 35, 2017.

RIBEIRO, Julia. Por entre as frestas das normas: nobreza da terra, elite das senzalas e pardos foros em uma freguesia rural do Rio de Janeiro (São Gonçalo, sécs. XVII-XVIII). Dissertação de mestrado – PPGHIS/UFRJ, 2015.

RODARTE, Mário M. S. O trabalho do fogo: perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução nas Minas Gerais Oitocentista. Tese de Doutorado, Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2008.

RODRIGUES, Ana Paula Souza. Mapas populacionais: análise demográfica do Rio de Janeiro, em 1797. Anais do XVII Encontro de História da ANPUH-Rio. 2016.

SCHWARTZ, Stuart B. Escravos, roceiros e rebeldes. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SIMMEL, Georg. Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2006.

TOSTES, Ana P. C. O lugar social dos homens “pardos” no cenário rural da Cidade do Rio de Janeiro (Recôncavo da Guanabara, Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, século XVIII). Dissertação de mestrado. UFRJ/IH, 2012.